

APRESENTAÇÃO

Na atualidade, cada vez mais a Universidade se coloca como importante meio de circulação do conhecimento científico, e, é nesse contexto que se insere a Revista *Disciplinarum Scientia* que chega ao público em sua Edição Especial, dando visibilidade à nove artigos da área das Ciências Sociais Aplicadas.

Nessa Edição Especial da Revista *Disciplinarum Scientia*, são apresentados ao público artigos que contemplam diversas perspectivas de análise na área das Ciências Sociais Aplicadas. No artigo “*A Constitucionalização do Direito Privado: o direito ao esquecimento como um novo direito fundamental*”, a autora analisa a vinculação entre os direitos de personalidade e de privacidade diante do novo direito fundamental invocado pela recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no contexto das novas tecnologias da informação e comunicação, sobretudo, da internet. Já no artigo “*A Inconstitucionalidade das Normas Que Autorizam a Interrupção do Fornecimento de Água*”, o autor busca analisar a (in)constitucionalidade das normas que autorizam a suspensão dos serviços públicos de abastecimento de água potável, face à Constituição brasileira. No trabalho intitulado “*A Ruptura Entre Significado e Sentido da Ação Em sala de Aula: proposição de formas de trabalho*”, as autoras discutem a percepção e capacidade de mudança em sala de aula, no caminho de construção de uma educação para a sustentabilidade, em que o aluno se torne parte desse acontecer cotidiano. No artigo “*As Tradições Jurídicas e a Construção de Infância Como problema Jurídico no Início do Século XX*”, a autora intenciona discutir os diferentes aspectos das contribuições jurídicas do início do século XX, enfocando a infância como área de interesse do Estado, entre a doutrina do Direito Clássico e a doutrina da Escola de Direito Positivo, em um contexto que não havia a instituição de um direito de proteção à criança e ao adolescente. No trabalho “*Direito Constitucional e Teoria da Decisão: a razão prática e suas implicações na construção das respostas*” busca analisar a teoria da decisão presente nos casos submetidos ao controle concentrado de constitucionalidade após a Constituição de 1988, sob o prisma da filosofia prática de Immanuel Kant, demonstrando a sua (im)compatibilidade com a teoria de base. No artigo “*Notas Sobre as Decisões Judiciais no Contexto do Constitucionalismo Moderno*”, o autor propõe compreender a prática decisória brasileira no percurso caminhado até o Código de Processo Civil de 2015, investigando se há ou não, uma maior compatibilidade com a integridade e coerência no direito, nas

decisões jurídicas atuais. No trabalho, “*O Novo Constitucionalismo Latino Americano e a Constituição de Uma Ecologia Política Comum*” o autor pretende buscar demonstrar que há uma construção efetiva de uma nova categoria jurídica do comum, que permite uma nova ecologia política mais protetiva ao ambiente e mais socialmente justa e igualitária, no contexto do Novo Constitucionalismo Latino Americano. No artigo intitulado “*O Papel Social da Universidade Para a promoção da Cidadania Com pessoas Vivendo Com HIV/AIDS (PVHA)*”, a autora busca problematizar o papel social da universidade na promoção de cidadania da população que vive com HIV/AIDS, no contexto da garantia e proteção dos direitos humanos à grupos em situação de vulnerabilidade. No artigo que encerra essa Edição Especial, “*Os Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes Em Tempos de Big Brother Virtual*”, a autora busca compreender os usos que crianças e adolescentes fazem das tecnologias da informação e comunicação para a construção de sua subjetividade, num contexto de exibição indevida de suas intimidades, a partir da legislação específica e da jurisprudência construída até aqui Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS).

Dessa forma, nota-se o mosaico de conhecimentos reunido nessa Edição Especial da Revista *Disciplinarum Scientia*, contemplando a produção acadêmica de docentes e pesquisadores ligados às diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas no âmbito da Universidade Franciscana (UFN).

Fernando Hoffmam
Professor do Curso de Direito da Universidade Franciscana (UFN).